

# PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2021 (Dep. Rosangela Gomes)

Dispõe sobre a prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecida prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal, com auxílio dos serviços e equipamentos públicos para sua efetivação, não dispensados os demais auxílios preexistentes ou determinados pela legislação vigente.

Parágrafo único. A condição de vítima de violência deverá ser comprovada mediante apresentação de cópia de boletim de ocorrência ou processo judicial, com concessão de medida protetiva, também consoante com os termos da Lei Ordinária nº 13.836/2019, publicada no Diário Oficial da União em 05/06/19.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



# JUSTIFICATIVA

O referido projeto de lei veio como uma das consequências naturais da aplicação da Lei Ordinária nº 13.836/2019 como forma de colaborar e ajudar à mulher vítima de violência doméstica a ter novo espaço e novas oportunidades na sociedade, coadunando com o ordenamento constitucional de busca pela proteção e igualdade entre gêneros.

É alarmante o crescimento do número de casos de feminicídio em todo o país. O crime tornou-se uma verdadeira epidemia, tendo em vista o que as estatísticas denunciam. Urgem, portanto, medidas eficazes para frear esse mal.

A cultura de violência contra as mulheres é enraizada principalmente na questão econômica, por isso acreditamos que dar condições de emprego e renda às mulheres pode ser um caminho para a diminuição dos casos, haja vista que a maioria permanece na companhia do agressor, **em razão de dependência econômica**.

A maioria das mulheres, de fato, não denunciam seus agressores por ter uma grande dependência financeira, emocional, psicológica ou afetiva, especialmente quando há filhos e a condição de sustenta-los parece precária ou nula.

Embora a Lei Maria da Penha preveja as medidas integradas de prevenção, as quais devem ser inseridas nas políticas públicas pelos Municípios, Estados e Governo Federal, os casos ainda avançam e nós legisladores, portanto, não podemos ficar omissos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Brasília,                      de                      de 2021.

**Dep. Fed. ROSANGELA GOMES**  
Republicanos/RJ

